

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Fora da política

Na última eleição, o delegado Pablo Aguiar concorreu a um mandato de deputado distrital pelo PMN e teve votação considerável: 7.765 votos. Com a repercussão do crime que resultou na morte do adolescente Rodrigo Castanheira, Aguiar tem sido incentivado a disputar novamente. Mas tem dito que seu tempo na política passou. Não deseja concorrer. O presidente do PRD, Lucas Kontoyanis, que o lançou na última eleição, tenta convencê-lo. Mas, por enquanto, o delegado tem dito não.

Ed Alves/CB/DA.Press



Crime contra a vida

No caso que levou à prisão do piloto Pedro Turra, o delegado Pablo Aguiar fez uma ampla investigação como titular na Delegacia de Vicente Pires. Ele abriu o inquérito classificando o crime como lesão corporal — que depois resultou na morte de Rodrigo Castanheira. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), ao analisar todas as evidências, decidiu enviar o caso para a Promotoria do Júri, por considerar que houve crime contra a vida.

CB/DA Press/Giovanna Kunz



CB/DA Press/Giovanna Kunz



50 anos de história em Brasília

A apresentação da revista *GPS|Brasília*, com o empresário Paulo Octávio na capa, reuniu políticos, empresários e membros da sociedade brasiliense. A publicação celebra os 50 anos da Paulo Octavio, empresa que tem história no DF. Paulo Octávio, Ana Cristina Kubitschek, o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Manoel de Andrade, o comodoro do Iate, Luiz André Reis, Marconi de Souza, Bernadete Martins e Janine Brito estavam entre os convidados. A fundadora da *GPS|Brasília*, Paula Santana, e o marido, o fotógrafo Celso Junior, eram os anfitriões. Bela noite no shopping Iguatemi. “Temos 50 anos de história em Brasília e muitos projetos para o futuro. Vamos construir um shopping em Planaltina e outro em Samambaia. Nossa empresa é jovem aos 50 anos, pela disposição de sempre empreender. Mas são raras as empresas com o mesmo CNPJ em mais de cinco décadas”, disse Paulo Octávio.

Antiguidade

Na eleição para a vaga de desembargador no quinto constitucional do Ministério Público, quem ainda não foi promovido a procurador de Justiça, ou seja, ainda está na fase de atuação em primeira instância como promotor de Justiça, pode ter mais dificuldades para integrar a lista tríplice que o Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) vai definir para encaminhar ao presidente Lula. É que os desembargadores prezam muito o critério da antiguidade.

Ascom/TJDFT



Bruno Fernandes/Divulgação



Vai que cola

A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) convidou a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro a trocar o PL pelo Republicanos. Segundo um integrante do partido, foi em tom de brincadeira, mas vai que cola...

Aval de Bolsonaro

Michelle Bolsonaro (PL) aguarda o aval de Jair Bolsonaro para definir seu destino. É que a ex-primeira-dama deseja concorrer ao Senado no DF. Mesmo projeto da deputada federal Bia Kicis (PL-DF). Duas candidaturas majoritárias pelo mesmo partido podem atrapalhar uma aliança.



Ed Alves/CB/DA.Press

Instagram



Chapa PT-PSB

Ricardo Cappelli reuniu amigos e aliados para um sambão no seu aniversário de 54 anos no fim de semana. Entre os convidados, integrantes de diferentes partidos de oposição ao governo Ibaneis, numa demonstração de afinidade. Alguns comentaram que, se o interesse do presidente Lula é fazer uma bancada forte no Congresso, o PT deveria investir na candidatura ao Senado de Érika Kokay e apoiar Cappelli para o Governo do DF.

Ed Alves/CB/DA.Press



E o que fazer com Grass?

O pré-candidato do PT ao Buriti, Leandro Grass, teria de disputar uma candidatura a deputado distrital ou federal. Não é o desejo dele, tampouco o que tem sido defendido pela militância petista que prefere ver Grass na disputa ao GDF.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

POLÍTICA/ A Procuradoria-Geral da CLDF arquivou pedido protocolado no início de 2025; os requerimentos deste ano ainda serão analisados. Distritais devem se reunir com chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, para tratar do caso BRB-Master

Pedido de impeachment arquivado

» MILA FERREIRA
» ANA MARIA CAMPOS

Um pedido de impeachment contra o governador Ibaneis Rocha apresentado na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em janeiro de 2025, foi arquivado ontem pela Procuradoria-Geral da Casa. Os três pedidos protocolados neste ano ainda não foram analisados. Ao **Correio**, Ibaneis Rocha afirmou que permanece despreocupado. “Como a motivação é só política, esse será o caminho de todos os pedidos”, disse. “Permaneço tranquilo com minha consciência e com a certeza que só fiz, ao longo desses anos, o melhor para Brasília. Ao contrário dos meus antecessores, que são classificados como os piores governadores de Brasília”, acrescentou. O pedido foi protocolado pelo jornalista Antônio Vitor Leitão, alegando que o governo teria cometido os seguintes crimes de responsabilidade, no âmbito do caso BRB-Master: crime contra o Sistema Financeiro Nacional; fraude e manipulação de mercado de capitais; atentado contra o patrimônio do Distrito Federal; crime contra a economia popular; e crime de improbidade administrativa. A procuradoria manifestou-se pelo arquivamento sumário da denúncia.

Colégio de líderes

Na primeira reunião de líderes deste ano, os distritais decidiram que vão convidar o secretário-chefe da Casa Civil do Distrito Federal, Gustavo Rocha, para ir à Câmara Legislativa falar sobre a adoção de medidas positivas para o BRB. A ideia é de que o chefe da Pasta se reúna com todos os 24 distritais para dar uma satisfação sobre como o GDF está lidando com a crise envolvendo o BRB e o Banco Master. No colégio de líderes de ontem, a deputada Paula Belmonte (PSDB) solicitou a instauração de uma Comissão de Investigação para tratar do caso BRB-Master. A instauração ou não da comissão será definida na reunião do dia 24.

Defesa

O líder do governo na CLDF, deputado Hermeto (MDB), se pronunciou pela primeira vez desde que a CLDF retomou os trabalhos em 2026. O distrital disse que conversou, ontem, com o atual presidente do BRB, Nelson de Souza, e que o dirigente está adotando ações técnicas para a recuperação de banco. “Grandes bancos, como o BTG Pactual, Itaú e Bradesco, negociam compra de ativos do BRB. O Banco Central está acompanhando de perto”,

Mila Ferreira/CB/DA.Press



Câmara Legislativa arquivou um pedido de impeachment de Ibaneis. Outros três ainda serão analisados

informou Hermeto. “Eu não quero que passe pano em ninguém, agora crucificar o banco antes do fim da investigação é muito precipitado”, continuou. Quanto aos pedidos de CPI, o distrital fez uma comparação com a situação no Congresso Nacional. “Na Câmara Federal, o PT só assinou quando tinha assinatura suficiente para abrir a CPI. Ninguém quer CPI no Congresso Nacional, porque se abriu, vai bater na porta do Planalto”, previu o líder do governo.

BRB cobra repasses

O BRB acionou, ontem, o liquidante do Banco Master solicitando repasses na faixa de R\$ 4 bilhões, referentes aos empréstimos das carteiras adquiridas. O liquidante do Master, indicado pelo Banco Central (BC), responsável pela gestão do processo de liquidação extrajudicial da instituição e de empresas do seu conglomerado, é Eduardo Félix Bianchini. Ele foi nomeado pelo Banco Central para o

papel, mas, por motivos de saúde, Bianchini está sendo substituído temporariamente nas funções de liquidante entre os dias 31 de janeiro e 15 de fevereiro, por Sebastião Marcio Monteiro. Até o fechamento desta reportagem, não havia retorno sobre o pedido de repasses.

Prazos de concursos

A Câmara Legislativa aprovou, ontem, dois Projetos de Lei que determinam a suspensão de prazos

de validade de concursos públicos. O Projeto de Lei nº 2.124/2026, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa (União) suspende os prazos dos concursos em razão de restrições orçamentárias e financeiras nos exercícios de 2025 e 2026. Segundo Pedrosa, a ideia é garantir que os aprovados em concursos para o serviço público local tenham mais prazo e mais chances de serem nomeados. “O que a gente quis fazer foi, de alguma forma, garantir que eles tenham mais um prazo para poderem ser nomeados, em virtude de o governo ter tido períodos de contingenciamento”, explicou. “Foram períodos em que o governo teve excepcionalidades econômicas, o que faz com que a gente possa abrir essa previsão, para que todos tenham a oportunidade de serem nomeados e de prestarem um bom serviço para a nossa comunidade”, completou o distrital. Também aprovado ontem, o Projeto de Lei nº 2.139/2026, de autoria do deputado João Cardoso (Avante), suspende o prazo de validade dos certames homologados antes ou durante os 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo do DF, até a posse dos eleitos. O presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB), se comprometeu a pedir para o Executivo “a sanção o mais rapidamente possível”, visto que alguns concursos públicos vencem ainda este mês.